



Universidade de Brasília - UnB

Instituto de Psicologia/SECADI/ MEC

Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto
da Diversidade Cultural

MARCELA PRATA LEPSCH

A RELAÇÃO ENTRE A AFETIVIDADE E A PRÁTICA ESCOLAR NA
PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE NAS INSTITUIÇÕES DE
EDUCAÇÃO SUPERIOR: análise de um projeto aplicado em uma
instituição particular de Taguatinga/DF.

Brasília - DF
2015



Universidade de Brasília - UnB

Instituto de Psicologia/SECADI/ MEC

Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto
da Diversidade Cultural

MARCELA PRATA LEPSCH

A RELAÇÃO ENTRE A AFETIVIDADE E A PRÁTICA ESCOLAR NA
PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE NAS INSTITUIÇÕES DE
EDUCAÇÃO SUPERIOR: análise de um projeto aplicado em uma
instituição particular de Taguatinga/DF.

Monografia apresentada a Universidade de
Brasília (UnB) como requisito para obtenção do
grau de Especialista em Educação em e para
os Direitos Humanos, no contexto da
Diversidade Cultural

Professor Orientador: Glauco Vaz Feijó

Brasília - DF
2015

Lepsch, Marcela Prata.

A Relação entre a Afetividade e a Prática Escolar na Promoção da Acessibilidade nas Instituições de Educação Superior: Análise de um Projeto aplicado em uma Instituição Particular de Taguatinga/DF/ Marcela Prata Lepsch. – Brasília, 2015.

43f. : il.

Monografia (Especialização) – Universidade de Brasília – UnB, Instituto de Psicologia - Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural.

Orientador: Prof. Glauco Vaz Feijó

Palavras-Chave: Pessoa com deficiência (PCD). Acessibilidade Inclusiva. Afetividade



Universidade de Brasília - UnB

Instituto de Psicologia/SECADI/ MEC

Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto
da Diversidade Cultural

A RELAÇÃO ENTRE A AFETIVIDADE E A PRÁTICA ESCOLAR NA
PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE NAS INSTITUIÇÕES DE
EDUCAÇÃO SUPERIOR: análise de um projeto aplicado em uma
instituição particular de Taguatinga/DF.

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de
Conclusão do Curso de Especialização em Educação em e para os
Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural da aluna

Marcela Prata Lepsch

Doutor Glaco Vaz Feijó,

Professor-Orientador

Mestre Cândida Beatriz Alves

Professor-Examinador

A educação é um triplo processo de humanização, socialização e entrada numa cultura, singularização – subjetivação. Educa-se um ser humano, o membro de uma sociedade e de uma cultura, um sujeito singular. Podemos prestar mais atenção a uma dimensão do que a outra, mas, na realidade do processo educacional, as três permanecem indissociáveis. Se queremos educar um ser humano, não podemos deixar de educar, ao mesmo tempo, um membro de uma sociedade e de uma cultura e um sujeito singular. (Charlot, 2006, p.15)

RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo geral apresentar alternativas de apoio ao acesso, permanência e conclusão acadêmica do estudante com deficiência em uma instituição de Educação Superior, por meio de implantação de um projeto inclusivo em uma instituição particular localizada em Taguatinga/DF, visando exemplificar a relação entre a afetividade e a prática escolar na promoção da acessibilidade nas instituições de Educação Superior. O estudo se inicia com o levantamento bibliográfico do assunto em pauta, seguido da contextualização e fundamentação das ações interventivas, bem como da concepção e aplicação do projeto de acessibilidade inclusiva, seguido da análise dos resultados obtidos com sua aplicação. Por fim, concluiu-se que as ações desenvolvidas no projeto subsidiaram a prática docente e demais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, ao se propor alterações na definição dos objetivos, no tratamento e desenvolvimento dos conteúdos, de modo a favorecer a aprendizagem do aluno, fazendo com que o trabalho realizado com projetos de acessibilidade inclusiva em instituições de educação superior possa contribuir significativamente para a modificação de atitudes e comportamentos individuais e grupais.

Palavras-Chave: Pessoa com deficiência (PCD). Acessibilidade Inclusiva. Afetividade

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1: CONTEXTUALIZAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO DAS AÇÕES INTERVENTIVAS	13
CAPÍTULO 2 CONCEPÇÃO E APLICAÇÃO DO PROJETO ACESSIBILIDADE INCLUSIVA ²⁰	
2.1 APRESENTAÇÃO DO PROJETO ²⁰	
2.2 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	21
2.3 DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS DO PROJETO	Error! Bookmark not defined.
CAPÍTULO 3: RESULTADOS DO PROJETO DE ACESSIBILIDADE INCLUSIVA ²⁷	
3.1 EXEMPLOS DE AÇÕES DESENVOLVIDAS APÓS APLICAÇÃO DO PROJETO:.....	Error! Bookmark not defined.
3.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PROJETO SOB O VIÉS DA AFETIVIDADE	Error! Bookmark not defined.
CONCLUSÃO ⁴⁰	
REFERÊNCIAS ⁴³	

INTRODUÇÃO

Embora os artigos 205 e 206, da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), afirmem, respectivamente, que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (p.96); e que “o ensino será ministrado com base no princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (p.96), existe, ainda, uma distância entre essas garantias legais e o que ocorre na vida cotidiana das pessoas com deficiência.

E este distanciamento resulta em situações cotidianas que caracterizam exclusão e marginalização de muitos indivíduos por não corresponderem ao que é considerado “normal”, “padrão” ou simplesmente “aceito por todos”. Na verdade, o rótulo de incapacidade dado às pessoas com deficiência nada mais é do que a comprovação de uma deficiência social que envolve nossa cultura e nossos padrões de comportamento, nos tornando responsáveis pelo processo de construção da realidade e cidadania das pessoas deficientes.

A cidadania, conforme Dallari (1998)

expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social(p. 14).

No entanto, pensar a cidadania como um referencial de conquista da humanidade, no sentido do atendimento às necessidades básicas da pessoa humana e à garantia dos direitos, implica considerar as condições concretas para viabilizá-la, ou seja, pensar em ações que coloquem em prática os direitos assegurados pela Constituição.

Esta definição reforça o valor de igualdade de direitos e cidadania existente em muitos documentos que orientam a sociedade, mas, ao mesmo tempo, reforça o distanciamento e incoerência existente e mantida por muitos cidadãos. A eliminação do estigma da incapacidade só é possível quando ocorrem mudanças nas condições de convivência comunitária, implicando educação, saúde, cultura, trabalho, segurança, entre outros.

E tratando-se de mudanças no processo de educação formal, todos os níveis e modalidades devem possibilitar que a inclusão aconteça, pois, em muitos casos, ao chegarem à fase adulta, os indivíduos sentem uma piora na prestação de serviço e acompanhamento educacional, que envolvem deficiências estruturais (espaços físicos), aos meios que viabilizam a aprendizagem, incluindo programas adequados para realização de avaliações.

Faz-se necessárias mudanças legais e comportamentais, que permitam às pessoas com deficiência sua realização pessoal e profissional, de acordo com a sua capacidade física e cognitiva, para o seu desenvolvimento intelectual, social e cultural. E como parte desse processo de adequação do acesso, todos os envolvidos nessas instituições são responsáveis por tornar realidade medidas e ações que articulem intencionalmente atividades para a promoção da acessibilidade que possibilitem as condições de desenvolvimento intelectual, social e cultural dos estudantes.

Nesse sentido, é necessário que políticas institucionais de acessibilidade sejam criadas e aplicadas por meio de programas, projetos e ações no âmbito institucional. Essas políticas são definições que orientam a condução de áreas de ação da instituição considerando-se a necessidade de se encontrar soluções aos problemas enfrentados (Brasil, 2005).

Nesse contexto, os segmentos educacionais, enfatizando as instituições no âmbito da educação superior (IES), devem comprometer-se com os valores éticos, a responsabilidade social e o compromisso com a qualidade na prestação de serviços. Segundo Lima (2006), as IES deveriam ter como missão a promoção da integração social e o desenvolvimento das pessoas com eficiência, principalmente no tocante à deficiência intelectual; assegurando quando preciso ajuda especializada.

Entende-se que a ajuda ou o apoio especializado requer pessoas capacitadas, com experiência diversificada na área de educação especial e, principalmente, pessoas que gostem dessa clientela considerando a importância da afetividade no processo de ensino-aprendizagem; além de adaptações que se fizerem necessárias para assegurar, conforme determina a Portaria do Ministério da Educação (MEC) nº 3284 de 2003 a permanência da pessoa com deficiência na Universidade até a conclusão do seu curso.

Também no Plano Nacional de Educação, Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001 (Brasil, 2001), há eixos norteadores para a prática da Educação Inclusiva estabelecendo diretrizes curriculares que assegurem a necessária flexibilidade e diversidade nos programas de estudos, além de determinar que sejam inclusos nos instrumentos destinados a avaliar as condições de ofertas de cursos superiores, os requisitos de acessibilidade das pessoas com deficiência.

De acordo com Lima (2006), a proposta da Educação Inclusiva é de procurar formas para superar as situações de exclusão, reconhecendo o direito a ser diferente e envolvendo toda a sociedade no atendimento às pessoas com deficiência. A instituição de ensino que se espera para o século XXI tem compromisso não apenas com a produção e a difusão do saber culturalmente construído, mas com a formação do cidadão crítico, participativo e criativo para fazer face às demandas cada vez mais complexas da sociedade moderna (Brasil, 1999).

Educação Inclusiva exige que todos os envolvidos (escola, professores, gestores, estudantes e famílias) busquem alternativas viáveis, para que todos tenham o direito de alcançar maiores índices de escolarização. E, como base para as reformulações requeridas, tornam-se necessárias investigações sobre as informações e formação dos educadores, gestores e funcionários e estruturas e serviços adequados para o atendimento.

Muitos profissionais da área da educação relutam ao perceber que mudanças são necessárias para que todos os estudantes sejam atendidos adequadamente, e isso impacta diretamente no processo de mudança de paradigma social. Se não houver a ruptura do “medo de pensar e agir diferente” para uma compreensão da necessidade de mudanças no material didático, adaptação curricular, diversificação no processo avaliativo e projetos, e, atitude de todos frente aos que necessitam da inclusão, a Educação Inclusiva não ocorrerá.

Assim, entre as principais dificuldades da Educação Inclusiva está a deficiência da formação dos profissionais envolvidos, desde os que compõem o corpo administrativo até os responsáveis pelo acompanhamento dos estudantes nas instituições de ensino. A principal reflexão a ser feita é como esses profissionais devem lidar com a falta de acessibilidade dos espaços físicos e da formação enquanto indivíduos.

Este é um ponto que também deve ser amplamente discutido no contexto das instituições de educação superior, espaço de formação profissional que deve ter como compromisso pensar formas menos excludentes e discriminatórias de educação. Nesse sentido, as Instituições de Educação Superior (IES) assumem um papel essencial na proposta de Educação Inclusiva, pois “a formação e a capacitação docente impõem-se como meta principal a ser alcançada na concretização do sistema educacional que inclua a todos, verdadeiramente” (Brasil, 2001).

Portanto, a inclusão só poderá ser consolidada se as instituições desenvolverem ações no âmbito estrutural, organizacional, tecnológico, pedagógico e interpessoal com o intuito de amenizar, ou até mesmo eliminar, barreiras físicas, tecnológicas, pedagógicas, pessoais e profissionais prejudiciais à inclusão das pessoas com deficiência (PCD's).

Este trabalho apresenta um projeto aplicado em uma instituição particular, localizada em Taguatinga/DF, para exemplificar a relação entre a afetividade e a prática escolar na promoção da acessibilidade nas Instituições de Educação Superior, tendo como objetivo geral apresentar alternativas de apoio ao acesso, permanência e conclusão acadêmica do estudante com deficiência em uma instituição de Educação Superior e objetivos específicos: a) apresentar ações colegiadas com os setores da Faculdade a fim de diminuir as barreiras físicas, estruturais, instrumentais, tecnológicas, dentre outras; e b) refletir sobre a relação entre a afetividade e a prática escolar na promoção da acessibilidade.

Para tanto, será apresentado o Projeto de Acessibilidade, desenvolvido pelo Núcleo de Apoio Psicopedagógico – (NAPES) e aplicado em uma Instituição de Educação Superior, Faculdade Projeção (FAPRO), incluindo ações colegiadas com os setores da Faculdade a fim de diminuir as barreiras físicas, estruturais, instrumentais, tecnológicas, dentre outras.

O presente trabalho foi dividido em três capítulos. No Capítulo 1, “Contextualização e fundamentação da ação interventiva”, são apresentados conceitos gerais sobre acessibilidade, além das etapas de elaboração e execução do Projeto de Acessibilidade Inclusiva aplicado em uma Instituição de Educação Superior, Taguatinga/DF. No Capítulo 2, “Concepção e aplicação do Projeto Acessibilidade Inclusiva na FAPRO”, foram trazidas informações sobre o Projeto

Acessibilidade Inclusiva e seus objetivos, e a apresentação do Plano de Ação; e no Capítulo 3, “Resultados do Projeto Acessibilidade Inclusiva na FAPRO”, foram apresentadas as metas, indicadores e alguns exemplos de ações realizadas após a aplicação do Projeto. Ao final, foram feitas, ainda, algumas considerações a título de conclusão.

CAPÍTULO 1: CONTEXTUALIZAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO DAS AÇÕES INTERVENTIVAS¹

Tendo em vista o alcance dos objetivos propostos, realizou-se este estudo de caso, apresentando a concepção, aplicação e resultados do projeto Acessibilidade Inclusiva aplicado na Faculdade Projeção em Taguatinga/DF em 29/01/2015, conforme metodologia abaixo:

a) Público-alvo: corpo docente, coordenadores de curso, diretor de unidade, coordenadores de Núcleos e alunos aprovados no vestibular e cursando graduação na instituição Faculdade Projeção – FAPRO, unidade de Taguatinga/DF.

b) Os instrumentos de pesquisa: apresentação e análise do Projeto Acessibilidade Inclusiva, elaborado pelo Núcleo de Apoio Psicopedagógico – NAPES, da FAPRO, unidade de Taguatinga/DF.

c) O contexto de investigação-intervenção: Segundo o Regimento Interno da Faculdade Projeção, documento disponibilizado no site da instituição:

A FAPRO é uma Faculdade de ensino superior de caráter educativo, técnico, cultural e científico e ministra cursos de graduação, em regime presencial e à distância, oferecido em períodos semestrais. Seus objetivos são: I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimentos, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência à criação e difusão da cultura, com vistas a desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; IV - promover a

¹ Esse capítulo foi parcialmente desenvolvido anteriormente em LEPSCH, MARCELA PRATA. A importância da afetividade na relação ensino-aprendizagem, publicado no Periódico Científico Projeção e Docência, v.6, n.1, 2015.

divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino; V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional, possibilitando sua correspondente realização, integrando os conhecimentos adquiridos em estrutura sistematizadora do conhecimento de cada geração; VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; VI - promover a extensão, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Faculdade (Regimento Interno da Faculdade Projeção, 2015 – disponível em: <http://www.faculdadeprojecao.edu.br>).

Em sua estrutura administrativa a Instituição conta com quatro Núcleos de Apoio aos estudantes, entre os quais se inclui o NAPES:

- 1) Núcleo de Educação à Distância**, responsável pela gestão do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA e por: I - promover a capacitação tecnológica para os professores e tutores da Faculdade que atuam no Ambiente Virtual de Aprendizagem; II - executar a inclusão pedagógica no AVA; III - desenvolver uma cultura organizacional voltada para a qualificação continuada dos colaboradores diretamente envolvidos com o AVA; IV - realizar a gestão técnica e administrativa dos processos relacionados ao AVA na Faculdade.

- 2) Núcleo de Extensão** é o órgão da Faculdade responsável por: I - estimular, programar e coordenar as atividades de extensão que visem à solução de problemas técnicos, científicos e sociais da comunidade; II - identificar oportunidades de desenvolvimento de projetos, cursos e eventos com o setor empresarial, com o governo, associações, fundações, agências de cooperação, consulados e comunidade em geral; III - formular, intermediar e administrar acordos de cooperação, nacionais e internacionais, para a transferência de know-how com o objetivo de fomentar as relações de índole educacional, técnico-científica, artístico-cultural e social; IV - desenvolver, promover e fomentar a cultura, a diversidade, as questões étnico-raciais, as artes, a cidadania, a

responsabilidade social, a preservação do meio ambiente e a qualidade de vida em toda a sua amplitude oferecendo oportunidades de crescimento intelectual à comunidade; V - criar comunidades de aprendizado com base em atividades socialmente responsáveis; VI - disseminar a formação humanizada através da atuação voluntária; VII - contribuir para a difusão da atividade de extensão ao público interno da Faculdade e comunidade.

3) Núcleo de Desenvolvimento Científico - NDC é o órgão da Faculdade responsável por: I - propiciar condições institucionais para o desenvolvimento de projetos de investigação científica; II - despertar a vocação científica e incentivar os alunos a efetiva participação em projetos de pesquisa científica; III - estimular a pesquisa e a produção científica no âmbito da Faculdade; IV - fomentar a produção acadêmica dos alunos e docentes da Faculdade.

4) Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Estudante – NAPES propõe-se a oportunizar espaços que venham a ampliar a discussão sobre aspectos que influenciam o rendimento acadêmico, seja na perspectiva de orientação psicológica para atenuar os conflitos que estão comprometendo o desempenho nos estudos, ou no sentido de contribuir para despertar no estudante o reconhecimento de seus recursos pessoais e relacionais no que se refere ao desenvolvimento acadêmico e profissional.

O objetivo do NAPES é oportunizar atendimento psicopedagógico com a finalidade da promoção da saúde mental e o desenvolvimento humano, visando qualidade acadêmica e social nas dimensões relacionais estabelecidas no processo de ensino e aprendizagem. Como meio de respaldar o serviço do NAPES, apresentam-se os eixos norteadores que subsidiam as intervenções, como a missão, visão e os valores, assim descritos: Missão: Contribuir para o desenvolvimento psicossocial da pessoa humana por meio de ações psicopedagógicas integradas, que visem facilitar a promoção do processo de ensino e aprendizagem e as dimensões relacionais inseridas no contexto acadêmico; Visão: Ser reconhecido como núcleo de referência ao atendimento psicopedagógico na educação superior pautado na perspectiva da psicologia escolar; Valores: Ética,

sigilo, credibilidade, conhecimento, respeito à pluralidade social, responsabilidade social e cidadania e valorização da pessoa humana.

O serviço oferecido pelo NAPES é composto pelas seguintes linhas de desenvolvimento: Orientação Psicopedagógica, Apoio Psicológico, e Orientação Profissional e Gestão de Carreira. É importante destacar que embora seja voltado para o desenvolvimento e aprimoramento acadêmico dos alunos, este Núcleo não tem intenção ou função de clínica psicoterapêutica, devendo fazer os devidos encaminhamentos quando necessários. Os serviços prestados são:

- O Atendimento Psicopedagógico: atua como facilitador no processo de conscientização do indivíduo em assumir um papel ativo no processo de aprendizagem, por meio da construção e desconstrução de vivências que o influenciam no momento do aprender. Além disso, identifica as dificuldades de aprendizagem, considerando os fatores que interferem nesse processo, bem como propiciar um espaço que venha a desencadear por parte do estudante o reconhecimento dos obstáculos pessoais e, por fim, organizar estratégias que visem encontrar possíveis alternativas para superar as demandas e necessidades do acadêmico.
- A Orientação Psicológica: agregada a concepções educacionais e a escuta psicológica contribui para uma compreensão totalizante sobre o espaço institucional e seus atravessamentos, privilegiando uma postura preventiva diante das problemáticas contidas no meio acadêmico.
- O Programa de Orientação Profissional e Gestão de Carreira, sob a supervisão do NAPES possibilita aos estudantes obterem informações sobre possibilidades profissionais do curso escolhido. Trata-se de um contexto de reflexão que confronta os planos profissionais com os anseios pessoais e a tomada de consciência dos reais motivos de sua escolha. Assim, a ausência de ações concretas que propiciem um espaço de reflexão sobre as indagações vivenciadas no âmbito da Educação Superior pode gerar sentimentos de incapacidade e insegurança, limitando a ação do acadêmico à formulação de projetos profissionais consistentes, realistas e coerentes com a identidade profissional.

Nesta perspectiva, o NAPES sob a ótica da Psicologia Escolar tem o foco de inserção, compreensão, análise e intervenção na realidade acadêmica voltada para

a perspectiva institucional relacional, que prevê uma atuação que propicie reflexões e conscientização dos papéis e funções a serem exercidas no contexto educacional, a fim de identificar obstáculos à assimilação e apreensão do conhecimento e desenvolvimento da trajetória profissional (Marinho-Araújo e Almeida , 2005).

O Projeto Acessibilidade Inclusiva, realizado pelo NAPES, se propôs a propiciar um espaço de acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem ao estudante em situação de deficiência. Buscou-se disponibilizar espaços de informação e de formação quando demandado sobre o atendimento ao aluno em situação de deficiência.

O NAPES oferece aos discentes a possibilidade de incrementar o processo de ensino-aprendizagem de forma a atendê-los em suas necessidades individuais e coletivas, emocionais e cognitivas, sociais e científicas, vocacionais e profissionais e em qualquer outra forma de aprender, de ser e de se relacionar com o interdisciplinar e o mercado de trabalho, bem como com o que precede a esse relacionamento, o mundo do conhecimento da educação superior.

O trabalho de apoio aos discentes possibilita triagens, encaminhamentos apropriados de acordo com as necessidades apresentadas, atendimentos e atividades extraclasse a partir das demandas coletivas e/ou individuais dos estudantes da Faculdade, em seus mais diversos aspectos, sejam eles de ordem acadêmica, humana, intelectual, social, relacional ou psicológica, com vistas ao desbloqueio de qualquer situação problema que possa impedir ou dificultar o devido desenvolvimento cognitivo-profissional na construção do conhecimento técnico, humano e ético do aluno da educação superior.

Fatores sociais, biológicos, psicológicos e afetivos estão diretamente relacionados com o desenvolvimento cognitivo do ser humano. É preciso ter consciência de que passamos por fases de desenvolvimento em tempos individuais e que a aprendizagem acontece do nascimento até o fim da vida. O processo de aprender envolve situações afetivas, sociais e biológicas, que devem ser conhecidas pelo professor para que se possa encontrar subsídios nas teorias pedagógicas ou nos processos práticos. Todos esses fatores se somam para que o profissional atinja o objetivo de levar o sujeito a apropriação do conhecimento com liberdade de pensamento.

Na infância, os indivíduos passam por um processo de desenvolvimento socioafetivo em que são importantes as interações que proporcionam vivências afetivas. Tanto a família quanto os professores exercem um papel importante em seu desenvolvimento afetivo, pois são eles, enquanto sujeitos mais experientes, que coordenam o processo de aprendizagem. Portanto, a interação, confiança, autoestima e entusiasmo em relação ao processo de ensino-aprendizagem, contribuem para um bom desempenho cognitivo (Arantes, 2003).

No universo escolar, há consenso entre educadores, baseado nas principais teorias do desenvolvimento, sobre a importância da qualidade das primeiras relações afetivas da criança. A afetividade influencia diretamente o desenvolvimento emocional e afetivo, a socialização, as interações humanas e, sobretudo, a aprendizagem. Assim, a construção do eu e do outro estão relacionadas à nossa história e às nossas relações culturais, sendo essencial reconhecer que o meio social interfere no desenvolvimento e que a escola é um dos ambientes propícios para a formação cidadã (Arantes, 2003).

Na escola, os alunos entram em contato com os livros didáticos, reconhecidamente meios de divulgação cultural e espaços propícios para a valorização e promoção dos direitos humanos, independente da unidade curricular a que se referem. Porém, os segmentos de educação infantil e ensino fundamental são os mais preparados para receber e acompanhar os alunos com deficiência (Arantes, 2003).

A qualidade do ensino é essencial e decisiva nessa fase da vida da criança com deficiência. E na primeira infância, o acesso à educação dessas crianças com deficiência é dificultado pelo número restrito de vagas em escolas da rede pública e deficiência no atendimento da rede privada, por não investir em profissionais com a formação adequada e, por essa razão, negar a matrícula.

Um bom ajustamento afetivo se torna condição necessária ao pleno desenvolvimento do aluno. Para que este se torne um ambiente favorável à aprendizagem do aluno, a instituição escolar precisa estar organizada para propiciar uma educação que favoreça o crescimento do aluno como pessoa completa, ou seja, pessoa que pensa, sente e movimenta (Almeida, 2001).

É por meio das experiências que o aluno vivencia, das trocas que realiza com seus pares, que serão constituídas suas subjetividades, ou seja, seus modos de ser,

sentir e agir no mundo. No entanto, o sucesso dessa construção vai depender basicamente da qualidade dessas relações. Nesse caso, o professor desempenha o papel de mediador no processo educativo e na aquisição da cultura pelo aluno. Isso significa que a ação do professor precisa ser pautada no conhecimento acerca do desenvolvimento psicológico da criança e, conseqüentemente, das suas necessidades (Almeida, 2001).

Após a conclusão do ensino médio (início da fase adulta), vários estudantes desistem de iniciar o curso superior por motivos diversos, que muitas vezes ocorrem pela deficiência das instituições de educação superior, principalmente na rede privada de ensino. Em muitos casos, a negativa ocorre no momento do vestibular, e outros ocorrem após o início da graduação por falta de estrutura física adequada, falta de preparo dos professores, ausência de adaptação curricular e, ainda, pela dificuldade da realização de estágios e ingresso no mercado de trabalho.

Dessa forma, os investimentos em projetos de acessibilidade, que efetivamente tornem a etapa da graduação passível de ser concluída, são de extrema importância em instituições de educação superior. E, na maioria das vezes, a iniciativa parte de setores da instituição que prestam apoio psicopedagógico ou de professores, para em seguida ser aprovada por diretores e gestores.

Assim, diante dos pressupostos teóricos expostos, reafirma-se a importância da concepção e aplicação de projetos que tornem a educação superior acessível para as pessoas com deficiência. Além disso, considerar a afetividade não só na relação professor-aluno, mas também como estratégia pedagógica, é essencial para a aplicação e manutenção de mudanças positivas.

CAPÍTULO 2 CONCEPÇÃO E APLICAÇÃO DO PROJETO ACESSIBILIDADE INCLUSIVA

O Projeto de Acessibilidade Inclusiva foi concebido através de um plano de ação aprovado pela direção da FAPRO em 29/01/2015. As ações do Projeto foram determinadas e divididas de acordo com objetivos específicos, metas e indicadores.

Após a definição das etapas, foi apresentada uma Planilha Orçamentária, com base nos dados informados no orçamento detalhado do plano de ação. Em seguida, foi necessário disponibilizar o Plano de Ação, Planilha Orçamentária, Espelho do Orçamento e Calendário de Ações e Eventos, em um Fórum Virtual da FAPRO (plataforma *moodle*), correspondente a unidade de Taguatinga/DF.

Os principais pontos norteadores no momento da concepção do projeto foram os seguintes:

- a) Incentivar a autonomia e a capacidade humana, sem nenhum tipo de discriminação, a todos os alunos com deficiência, desde o momento de sua matrícula até a finalização do curso de graduação, através de acompanhamento do Núcleo de Apoio Psicopedagógico, reunião com coordenadores e professores e participação da família (*quando necessário*);
- b) Reconhecer a diversidade existente no ambiente acadêmico, fazendo valer a interdisciplinaridade e transversalidade dos saberes, com as adaptações necessárias para a aprendizagem do aluno com deficiência (adaptação curricular);
- c) Promover garantia dos direitos humanos a partir da promoção de uma conscientização crítica, por meio de palestras, oficinas e inserção desse conteúdo em sala de aula.²

2.1 APRESENTAÇÃO DO PROJETO

² Planejamento NAPES 2015 – Faculdade Projeção – unidade de Taguatinga – elaborado por Marcela Prata Lepsch.

Apesar da Faculdade Projeção dispor de ações e propostas inclusivas em seus documentos normativos e norteadores que estão em consonância com a missão institucional de promover a formação e desenvolvimento dos novos profissionais, é notório que a inclusão ainda não foi plenamente consolidada neste contexto universitário.

Desse modo, estas propostas devem de fato repensar todo o trabalho – ou a ausência de trabalho – em torno das diferenças, conhecidas e desconhecidas. O que ocorre é que talvez haja matizes de diferenças até aqui ignoradas ou que tem sido sempre invisíveis, sempre ocultas.

Visando implementar a perspectiva Inclusiva na Faculdade Projeção, tal como rege os referenciais de acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação *in loco* do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), o Projeto Acessibilidade Inclusiva, previu ações no âmbito estrutural, organizacional, tecnológico, pedagógico e interpessoal com o intuito de amenizar barreiras físicas, tecnológicas, pedagógicas, pessoais e profissionais prejudiciais à inclusão das pessoas com deficiência (PCD).

As atividades do Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Estudante envolveram a promoção da qualificação do processo de ensino-aprendizagem por meio da criação de um canal de comunicação aberto e perene entre o corpo discente e docente da instituição. As atividades buscam apreender o conhecimento a partir do conjunto de acontecimentos vivenciais no dia-a-dia, onde a relação teoria – prática constitui o fundamento do processo pedagógico. Assim, trabalhou-se com o conceito de oficinas, que, aplicado à educação, refere-se ao lugar onde se aprende fazendo junto com os outros. O trabalho visa à valorização dos estudantes com deficiência em suas capacidades e possibilidades, além de oferecer-lhes uma maior autonomia e melhoria da autoestima e do autoconhecimento.

2.2 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

PLANO DE AÇÃO

OBJETIVO ESPECÍFICO 01: Promover ações visando à acessibilidade acadêmica aos alunos com deficiência.

AÇÃO	PROCEDIMENTOS
<p>1. Conceber as ações</p>	<p>1.1 Mapear junto a Central de Atendimento ao Aluno (CAA) os estudantes matriculados em situação de deficiência;</p> <p>1.2 Organizar os instrumentos e atividades realizadas pelo NAPES, previstas no planejamento 20015.</p>
<p>2. Organizar as ações</p>	<p>2.1 Disponibilizar as fichas de encaminhamentos dos estudantes ao NAPES, para os coordenadores de curso e docentes, da unidade de Taguatinga, via e-mail;</p> <p>2.2 Divulgar o serviço do NAPES aos estudantes com deficiência, em eventos promovidos pelos coordenadores de curso;</p> <p>2.1 Propiciar um espaço de acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem do estudante com deficiência;</p> <p>2.2 Realizar ações informativas (folders ou cartazes) ou ações formativas sobre: A) Inclusão: atender com qualidade e superar os limites dentro da realidade da instituição superior particular; B) Adaptações e flexibilizações curriculares;</p> <p>2.3 Verificar a necessidade de empréstimo de material para os alunos com deficiência (ex: gravador). Entregar o material emprestado e solicitar que o aluno preencha todas as vias da declaração de empréstimo de material;</p> <p>2.4 Solicitar armários para os alunos guardarem o material emprestado e outros pertences necessários para facilitar sua locomoção;</p> <p>2.5 Participar da seleção de monitores e incluir o acompanhamento dos alunos com deficiência na rotina dos alunos selecionados.</p>
<p>3. Executar as ações</p>	<p>3.1 Entregar cartilha sobre o NAPES no ato da matrícula;</p> <p>3.2 Agendar demandas encaminhadas e realizar contato telefônico ou por e-mail para agendar o atendimento junto ao estudante;</p> <p>3.3 Acolher demandas espontâneas;</p> <p>3.4 Mobilizar o envolvimento da coordenação no acompanhamento pedagógico do estudante com deficiência.</p> <p>3.5 Acompanhar a relação dos monitores com os alunos assistidos pelo NAPES.</p>

--	--

OBJETIVO ESPECÍFICO 02: Instituir ações colegiadas com os setores da FAPRO a fim de diminuir as barreiras físicas, pedagógicas, estruturais, instrumentais, tecnológicas, dentre outras existentes.	
AÇÃO	PROCEDIMENTOS
1. Conceber as ações colegiadas	1.1 Agendar reunião com os setores da Biblioteca, Central de atendimento ao aluno (CAA), Central de Processo Seletivo (CPS), Núcleo de Desenvolvimento Científico (NDC) e Núcleo de Educação a Distância (NEAD) para avaliação dos ajustes necessários para o acompanhamento dos alunos com deficiência;
2. Organizar as ações colegiadas	2.1 Definir salas, dias e horários das reuniões; enviar e-mail para as secretárias e confirmar participação dos responsáveis pelos setores; e definir os assuntos a serem abordados nos encontros e organizar material necessário. 2.2 Organizar os arquivos a serem apresentados na reunião;
2. Executar as ações colegiadas	2.1 Discutir formas de atendimento inclusivo através de ações informativas ou espaços de formação, com a equipe da Central de Processos Seletivos - CPS; 2.2 Discutir o processo de inclusão na modalidade física, tecnológica, comunicacional; estrutural, pedagógica, com os outros setores institucionais; 2.3 Propor a criação de um colegiado intersetorial para discutir as questões de inclusão dos estudantes com deficiência; 2.4 Discutir as ações competentes de cada setor em prol dos estudantes com deficiência - Central de Processo Seletivo (vestibular); Diretorias e Coordenações (currículo, adaptações, avaliação); Núcleo de Práticas Acadêmicas (elaboração de Trabalho Final de Curso); Tecnologia e Comunicação

	(acessibilidade comunicacional e tecnológica); 2.5 Elaborar uma pauta após a reunião e encaminhá-la à Diretoria Acadêmica a fim de avaliar as propostas realizadas pelo grupo colegiado.
--	--

OBJETIVO ESPECÍFICO 03: Realizar assessoria e apoio psicopedagógico às coordenações de curso que tenham alunos com deficiência, com objetivo de disseminar as ações inclusivas e a importância da afetividade na promoção da acessibilidade.

AÇÃO	PROCEDIMENTOS
1. Conceber assessoria e apoio psicopedagógico às coordenações	1.1 Apresentar os instrumentos (fichas e programas) e o trabalho realizado pelo NAPES para o corpo docente e coordenadores <u>na semana pedagógica</u> da unidade de Taguatinga, organizada pela Diretoria da unidade;
2. Organizar a assessoria e apoio psicopedagógico às coordenações	2.1 Elaborar uma apresentação para a participação do NAPES na Semana Pedagógica da unidade; 2.2 Após o evento, disponibilizar as fichas de encaminhamentos aos coordenadores e docentes.
3. Executar a assessoria e apoio psicopedagógico às coordenações	3.1 Divulgar junto as Diretorias e Coordenações de curso o serviço do NAPES de assessoria psicopedagógica no que tange as questões do processo de escolarização dos estudantes com deficiência; 3.2 Propor junto a Diretoria e Coordenações de curso, ações formativas e/ou informativas sobre o processo de inclusão dos alunos com deficiência (sugestão: atender com qualidade e superar os limites dentro da realidade da instituição superior particular; e a importância de realizar adaptações curriculares); 3.3 Favorecer condições para que os professores reflitam sobre as adequações curriculares necessárias para atender as necessidades educacionais, bem como diferencie as que pode promover por conta própria (pequenos ajustes), daquelas que requerem decisão de níveis hierárquicos superiores; 3.4 Favorecer a avaliação do cotidiano escolar, para que os envolvidos percebam a importância da

	<p>afetividade quando esta interage de forma positiva ou negativa no processo de aprendizagem do aluno com deficiência;</p> <p>3.5 Organizar junto ao coordenador (a) de curso o alinhamento necessário para a realização das avaliações, para os alunos com deficiência;</p>
--	--

(Fonte: Planejamento NAPES 2015 – Faculdade Projeção – unidade de Taguatinga – elaborado por Marcela Prata Lepsch)

2.3 DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS DO PROJETO

OBJETIVO ESPECÍFICO 01: Antes da finalização do Projeto de Acessibilidade Inclusiva, o mapeamento dos alunos com deficiência matriculados na unidade de Taguatinga da FAPRO, ocorria somente quando o aluno, professor ou coordenador, fazia contato com o Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Estudante – NAPES. Por essa razão, muitos alunos ficavam muito tempo desassistidos e isso, muitas vezes, comprometia seu rendimento acadêmico.

O primeiro objetivo do Projeto Acessibilidade Inclusiva deveria ser, portanto, o mapeamento dos alunos com deficiência no ato da matrícula, por meio do contato com a Central de Atendimento ao Aluno – CAA. Além disso, para melhorar o acesso dos coordenadores e professores ao Núcleo, foi disponibilizada uma ficha de encaminhamento dos estudantes ao NAPES. O encaminhamento da ficha deveria acontecer com o consentimento e interesse do aluno.

Para aproximar o NAPES dos alunos foram organizados momentos de apresentação das atividades desenvolvidas e a importância dos alunos procurarem o serviço para serem orientados e acompanhados, propiciando um espaço de acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem do estudante com deficiência.

OBJETIVO ESPECÍFICO 02: O trabalho desenvolvido pelo NAPES não poderia ser a única fonte de apoio aos estudantes com deficiência, visto que esses participavam de atividades extraclasse e realizavam disciplinas via plataforma moodle. Assim, foi essencial instituir ações colegiadas com os setores da FAPRO a fim de diminuir as barreiras físicas, pedagógicas, estruturais, instrumentais, tecnológicas, dentre outras existentes. Os setores envolvidos para avaliação dos ajustes necessários a este acompanhamento foram os seguintes: Biblioteca, Central

de Atendimento ao Aluno (CAA), Central de Processo Seletivo (CPS), Núcleo de Educação a Distância (NEAD) e Núcleo de Desenvolvimento Científico (NDC).

O resultado dessa parceria foram mudanças significativas, como por exemplo, o mapeamento dos alunos com deficiência no momento do vestibular (informação incluída no questionário de identificação do candidato ao vestibular); adaptações curriculares nos casos necessários com aprovação da diretoria da unidade e coordenação de curso; alinhamentos com o Núcleo de Práticas Acadêmicas (NPA), para o acompanhamento dos alunos na fase final do curso, permitindo as adaptações necessárias durante o processo de elaboração e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC; e aprovação e compra de sistemas que permitissem a realização das matérias via plataforma moodle, em parceria com a Biblioteca e o Núcleo de Educação à Distância (NEAD).

OBJETIVO ESPECÍFICO 03: Para reforçar o trabalho desenvolvido e melhorar a comunicação do NAPES com o corpo docente e coordenadores de curso, o terceiro objetivo do Projeto, resultou na participação da psicóloga responsável pelo NAPES da unidade na Semana Pedagógica.

A participação no evento permitiu apresentar os instrumentos e o trabalho realizado pelo NAPES para o corpo docente e coordenadores, visando proporcionar condições de desenvolverem suas práticas pedagógicas, atendendo à diversidade das necessidades apresentadas por seus alunos.

Além disso, fez-se necessário propor as Diretorias e Coordenações ações formativas e/ou informativas sobre o processo de inclusão dos alunos com deficiência, bem como a importância da afetividade quando esta interage de forma positiva ou negativa no processo de aprendizagem.

É essencial que gestores, professores e funcionários saibam descrever os diferentes níveis de adaptação possíveis e necessários para a flexibilização da prática educacional, quando se busca o ensino de qualidade, na diversidade. O estímulo ao desenvolvimento depende da atitude assumida para com o estudante, pois, além da função de transmissão, informação e conhecimento, a escola é também a grande educadora.

CAPÍTULO 3: RESULTADOS DO PROJETO DE ACESSIBILIDADE INCLUSIVA

Após a aprovação do Plano de Ação do Projeto Acessibilidade Inclusiva, iniciou-se as adaptações e ações necessárias para atingir as metas de cada objetivo específico, conforme indicado nos quadros abaixo:

OBJETIVO ESPECÍFICO 01

Promover ações visando à acessibilidade acadêmica aos alunos com deficiência.

INDICADOR: Número de estudantes em situação de deficiência da Faculdade beneficiados com as ações do Projeto.

OBJETIVO ESPECÍFICO 02

Instituir ações colegiadas com os setores da FAPRO a fim de diminuir as barreiras físicas, pedagógicas, estruturais, instrumentais, tecnológicas, dentre outras existentes.

INDICADOR: Número de estudantes em situação de deficiência da Faculdade beneficiados com as ações do Projeto.

OBJETIVO ESPECÍFICO 03

Realizar assessoria e apoio psicopedagógico às coordenações de curso que tenham alunos com deficiência, com objetivo de disseminar as ações inclusivas e a importância da afetividade na promoção da acessibilidade.

INDICADOR: Número de estudantes com deficiência da Faculdade beneficiados com as ações do Projeto.

3.1 EXEMPLOS DE AÇÕES DESENVOLVIDAS APÓS APLICAÇÃO DO PROJETO:

a) AÇÕES COM OS COORDENADORES E CORPO DOCENTE

Objetivo: fortalecer ações junto aos coordenadores e professores.

Ações: Participação em reunião com as equipes de coordenação e corpo docente, para discussão dos casos atendidos.



Marcela Prata Lepsch durante a reunião com as equipes de coordenação e corpo docente. Fonte: <http://www.faculdadeprojecao.edu.br>



Marcela Prata Lepsch durante a reunião com as equipes de coordenação e corpo docente. Fonte: <http://www.faculdadeprojecao.edu.br>

b) AÇÕES EM PARCERIA COM O NEX – PROJETO ACESSIBILIDADE ACADÊMICA

Ações: Palestra com a coordenadora-geral da secretaria nacional dos direitos da pessoa com deficiência elogia projeto “incluir projeção”, em 12 de novembro de 2014.



Solange Ferreira fala durante a estreia do projeto: “o que as pessoas com deficiência precisam é de acessibilidade; elas são capazes, têm sonhos, têm medos, como qualquer ser humano”. Fonte: <http://www.faculdadeprojecao.edu.br>

Solange Maria Ferreira, Coordenadora-Geral da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência; e Yure Gagarin Soares de Melo, Presidente do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da OAB/DF. Na abertura, o professor Márcio Morais, coordenador do NEX, afirmou que “ser diferente é a regra; ser igual é a exceção”. “Precisamos lembrar que somos todos diferentes e é aí que se encontra toda a beleza da vida, é aprendendo a lidar com nossas diferenças que avançamos como sociedade, como pessoas e como indivíduos”, disse. Em sua palestra, Solange Ferreira, que também é cadeirante, explicou os motivos que lhe fizeram andar numa cadeira de rodas, mas, que aquilo era uma deficiência somente, “dentre tantas outras que tinha”. A palestrante lembrou que todos têm suas deficiências. Bem humorada, Solange criticou alguns termos utilizados pelo patrulhamento do “politicamente correto” para se referir aos deficientes. “A forma correta de se referir é simples: pessoa com deficiência; pronto, só isso e nada mais”, afirmou e, na sequência, brincou: “o termo Portador de Necessidades Especiais não deve ser usado. Eu, por exemplo, tenho

uma necessidade especial em relação à pizza.... eu não como cebola, logo, preciso que a retirem da pizza”, arrancando sorrisos dos presentes. Falando sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, Solange trouxe uma série de regulamentos internacionais e nacionais que garantem a derrubada de barreiras e elogiou o Projeto Incluir Projeção. “Estava falando com o Professor Márcio Moraes antes do início desta palestra e ele me disse que o objetivo deste projeto não é buscar pessoas com deficiência para estudar no Projeção, num movimento mercadológico; mas sim, estar pronto para atendê-las caso elas procurem a instituição em qualquer situação. E eu afirmo Professor Márcio.... parabéns, o Projeção está certíssimo.

Acessibilidade não é se adaptar às necessidades que se apresentam, mas se preparar para atender, e o Projeto Incluir é um grande passo neste sentido”. “O que as pessoas com deficiência precisam é de acessibilidade; elas são capazes, têm sonhos, têm medos, como qualquer ser humano. Só precisam de locais que estejam adaptados a elas. Eu, por exemplo, moro só. As pessoas estranham, mas não sou incapaz, não preciso ser carregada, aliás, se por um bom motivo, sim”, completou a divertida coordenadora da Secretaria Nacional, arrancando mais uma vez sorrisos e aplausos da plateia.

Na segunda palestra da noite de estreia do “INCLUIR-PROJEÇÃO”, o professor e advogado Yure Gagarin Soares de Melo, Presidente da Comissão de Defesa do Direito da Pessoa com Deficiência da OAB/DF, apresentou Cartilha elaborada por ele e seus companheiros de comissão e manifestou o desejo de fazer o lançamento do documento nas Faculdades Projeção.

Para o professor José Sérgio de Jesus, Diretor Acadêmico da Educação Superior, “é bastante significativo que o Grupo Projeção tenha um projeto tão voltado à inclusão social e à acessibilidade”. “O Grupo Projeção tem se preocupado com a melhor forma de atender a todos que o procuram. Os prédios das Faculdades Projeção já estão adaptados com rampas, cadeiras e mesas, mas precisamos e queremos ir além. Com o projeto Incluir Projeção queremos estudar a fundo, juntamente com discentes, docentes, corpo técnico-administrativo e egressos, onde podemos melhorar, onde podemos avançar, o que podemos fazer para que a inclusão seja não só arquitetônica, mas social”, declarou.

c) APRIMORAMENTO DA ACESSIBILIDADE

Ações: Rampas, sinalizações e estruturas de apoio aperfeiçoaram o acesso.









Fonte: <http://www.faculdadeprojecao.edu.br>

d) Elaboração e distribuição de uma Cartilha destinada aos funcionários da Faculdade Projeção visando orientar quanto ao correto emprego da terminologia utilizada para pessoas com deficiência.

projecção

CARTILHA PARA OS FUNCIONÁRIOS

TERMINOLOGIA SOBRE A PESSOA QUE TEM DEFICIÊNCIA

Se você tivesse alguma deficiência física, intelectual, visual, auditiva ou múltipla, de que maneira gostaria de ser tratado? Às vezes, na tentativa de serem politicamente corretas, as pessoas acabam agindo da maneira menos correta possível. O uso de um vocabulário inadequado pode refletir preconceito e falta de conhecimento.

Mas existe uma terminologia adequada, decorrente de muitas pesquisas de nível mundial. São termos simples, que refletem a realidade de forma positiva e têm o

apoio das pessoas com deficiência.

OS TERMOS MAIS ADEQUADOS

Pessoa com deficiência. Termo presente na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da Organização das Nações Unidas (ONU), que o Brasil ratificou com valor de emenda constitucional em 2008. Não diga **pessoa portadora de deficiência** ou **portador de deficiência**. A pessoa não porta, não carrega sua deficiência, ela tem deficiência e, antes de ter a deficiência, ela é uma pessoa como qualquer outra.

Pessoa com deficiência física. Substitui os termos **deficiente físico, o deficiente, a deficiente**. O termo **deficiência física** se refere à **categoria** dentro da qual existem muitos **tipos** (amputações, paralisias, paresias, baixa estatura, amputações, malformações congênitas etc.).

Pessoa com deficiência visual. O termo **deficiência visual** se refere à **categoria** dentro da qual existem os **tipos** cegueira e baixa visão (em variados graus).

Pessoa cega. Muitas **pessoas cegas** aceitam ser chamadas **cegas**. Evite dizer **pessoa cega total** ou **pessoa com cegueira total** ou **cego total**, pois são termos redundantes.

Pessoa com baixa visão. Substitui o termo **pessoa com visão subnormal**.

Pessoa com deficiência auditiva. O termo **deficiência auditiva** se refere à **categoria** dentro da qual existem os **tipos** surdez e baixa audição (em variados graus).

Pessoa surda. Muitas **pessoas surdas** aceitam ser chamadas **surdas**. Evite dizer **pessoa surda total** ou **pessoa com surdez total** ou **surdo total**.

Pessoa com baixa audição. Substitui os termos **pessoa com surdez parcial, surdo parcial**, que são redundantes. Algumas **pessoas com baixa audição** preferem ser chamadas **pessoas com deficiência auditiva** ou **deficientes auditivos** em vez de **pessoas com surdez parcial**, pois elas não se consideram **surdas**.

Pessoa com tetraplegia. Substitui os termos **tetraplégico, tetra, quadriplégico**.

Pessoa com deficiência intelectual ou **pessoa com déficit cognitivo**. Substitui os termos **deficiente mental, excepcional, retardado mental**. O termo **deficiência intelectual** se refere à **categoria** dentro da qual existem muitos **tipos**, dependendo dos apoios, habilidades adaptativas e outros fatores.

Pessoa com transtorno mental. Substitui o termo **doente mental**.

Pessoa com deficiência múltipla. É a pessoa que tem duas ou mais deficiências ao mesmo tempo. Evite dizer **pessoa com deficiências múltiplas**.

Pessoa com mobilidade reduzida. É a pessoa que, não se enquadrando no conceito de **pessoa com deficiência**, tem, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção: pessoa com idade igual ou superior a 60 anos, gestante, lactante e pessoa com criança de colo. (Decreto n. 5.296, 02/12/2004, art. 5º, § 1º, II, e §2º)

NAS COMPARAÇÕES

Em vez de **criança/adulto/pessoa normal**, use **sem deficiência**.

Em vez de **sala de aula/escola/classe normal**, use **comum**.

A antiga Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), um órgão do Governo Federal, agora é **Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD)**, termo adotado através da Portaria 2.344, de 03/11/2010. Daí veio, também, o uso oficial do termo **pessoa com deficiência**.

Para evitar a excessiva repetição do termo **pessoas**, troque-o por **usuários, cidadãos, alunos, trabalhadores**.

Evite referir-se à pessoa com deficiência pela sigla **PcD**, porque não se deve usar siglas para chamar seres humanos. Mas, se necessário, use-a em espaços diminutos (colunas em quadros estatísticos, notícias curtas, conversação coloquial pela internet etc.).

Evite o termo **cadeirante**, pois o termo ressalta o instrumento que a pessoa porta e não o que a pessoa é. Diga **usuário de cadeira de rodas**, porque coloca a pessoa à frente do instrumento com o qual se locomove. Se necessário, você pode usar o termo **cadeirante** apenas em conversas informais, mas nunca em palestras ou textos formais (acadêmicos, científicos, oficiais).

Fonte: <http://www.pessoacomdeficiencia.curitiba.pr.gov.br>

e) Com a implantação do Projeto foi possível fazer o mapeamento dos alunos com deficiência na Unidade de Taguatinga, dentro dos diversos cursos oferecidos pela Faculdade Projeção.

MAPEAMENTO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA – NAPES - UNIDADE DE TAGUATINGA

CURSO DE CSPP

R.S.S – Deficiente auditivo (usa aparelho, mas precisa que o professor esteja próximo a ele para ouvir com clareza).

A.M.A – usuário de cadeira de rodas

S.A.L – dificuldade na locomoção e na fala

R.V.S – Hidrocefalia – déficit cognitivo, dificuldade no convívio social

F.F.B – Hidrocefalia - déficit cognitivo, dificuldade no convívio social - (CID Q 03.0)

TADS

B.R.R.B – paraplégico

E.L.P - dislexia e déficit de atenção

CURSO DE DIREITO

P.H.C.A – Deficiente visual – cego

S.S.B – Paralisia parcial do rosto provocada por doença autoimune

A.S.S - Neuromielite Óptica (G36.0/ CID-10 – Doenças Desmielinizantes do Sistema Nervoso Central). Trata-se de uma doença inflamatória autoimune na qual o próprio sistema imunológico ataca os nervos ópticos e a medula espinhal. No caso do aluno, as lesões e inflamação ocorreram na medula, provocando fraqueza muscular e paralisia dos membros superiores e inferiores.

J.R.S - neuralgia do trigêmeo (ou neuralgia) – CID G50.0

J.M.D - O aluno encontrava-se hospitalizado por ter ingerido uma grande quantidade de Ritalina; o médico havia, inicialmente, recomendado o afastamento do aluno de suas atividades acadêmicas pelo período de 15 dias, podendo ser prorrogado;

CURSO DE PEDAGOGIA

T.F.B.M - Síndrome de Asperger. Trata-se de um quadro de autismo, caracterizado por um severo déficit no contato social, que surge desde a infância, persistindo até a idade adulta.

D.C.M.B - Ela sofreu um acidente, ficou em coma e teve parte do cognitivo comprometido, apresenta muita disposição para aprender, mas seu tempo é maior do que o das outras pessoas. Ela é bem assistida, tanto pela família, quanto por uma psicopedagoga. Semestre passado vieram todos aqui conversar comigo, pai, mãe e psicopedagoga. Agora as alunas de sala vieram interceder a seu favor, porque ela tem apresentado muita dificuldade em manusear a plataforma de ensino a distância.

CURSO DE CONTABILIDADE

C.R – Esquizofrenia

f) A implantação do Projeto resultou, ainda, na adaptação da plataforma Moodle através da instalação de softwares auxiliares para leitura, visando permitir a utilização dos computadores por deficientes visuais e com baixa visão.

Adaptações plataforma Moodle:

- Instalação de softwares auxiliares para leitura em 5% ou 10% das máquinas dos laboratórios disponíveis na instituição. Nesse caso, foi incluído no treinamento dos laboratoristas o manuseio do software, inclusive quando utilizado junto ao Moodle ou ao sistema acadêmico.

Virtual Vision: <http://www.micropower.com.br/tecnologia/tecnologia-virtual-vision.html> O Virtual Vision é uma solução para que deficientes visuais possam utilizar com autonomia o Sistema Operacional Windows, pacote Office, e o

navegador Internet Explorer e outros aplicativos por meio da leitura dos menus e telas desses programas por um sintetizador de voz.

3.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PROJETO SOB O VIÉS DA AFETIVIDADE

Os objetivos e metas do Projeto Acessibilidade Inclusiva foram pensados e planejados para envolver todos os funcionários que atendem direta ou indiretamente os alunos com deficiência. E essa parceria só seria possível se todos internalizassem as ações do Projeto como ponto de partida para uma mudança de atitude no atendimento prestado a eles, desde o momento do vestibular até a conclusão da graduação.

O **objetivo 01** fez com que todos os envolvidos se preocupassem em saber quem eram esses alunos. E essa identificação, por sua vez, permitiu que eles fossem ouvidos e orientados adequadamente. Muitos alunos com deficiência relatam sentir-se desamparados quando chegam à educação superior, pois a relação com professores e funcionários é menos afetuosa comparada à que receberam na educação básica. E esse desamparo, muitas vezes, contribui para a desistência da graduação.

Percebeu-se, ainda, a importância da afetividade quando esta interage de forma positiva no processo de aprendizagem, e, esta percepção inicial permitiu a reflexão sobre a importância da atitude positiva assumida para com os alunos, nas relações dentro do ambiente acadêmico.

Nesse aspecto, o fator afetivo serve de referência para que os envolvidos trabalhem não só os conteúdos do plano de curso, mas também a constituição do próprio sujeito. Ademais, o aluno com deficiência que se sente amparado e respeitado, adquire autonomia e confiança. Isso proporciona o desenvolvimento do sentimento de autovalorização e autoestima, pois, caso o aluno com deficiência possua uma opinião positiva sobre si mesmo e sobre os outros, terá maiores

condições de aprender. E o papel do NAPES, nesse contexto, é fundamental (ARANTES, 2003).

Por outro lado, as ações desenvolvidas no **objetivo 02** do Projeto reforçaram a necessidade do envolvimento de todos para que a mudança no atendimento acontecesse. E diante dessa proposta de mudança no contexto educacional, todos tiveram a oportunidade de refletir e compreender que seu papel ultrapassa a simples transmissão do conhecimento, pois têm diante de si a oportunidade de contribuir para a superação de desafios e criação de oportunidade de inserção no mercado de trabalho para pessoas, que em um passado não tão distante não tinham a perspectiva de escolher uma profissão.

Por fim, o **objetivo 03** reforçou a importância do trabalho desenvolvido dentro e fora da sala de aula com os alunos com deficiência, através de uma efetiva comunicação entre o NAPES, corpo docente, coordenadores de curso e demais setores da instituição.

CONCLUSÃO

O direito à educação é resguardado pela política nacional de educação independentemente de gênero, etnia, idade ou classe social. “O acesso à escola extrapola o ato da matrícula e implica apropriação do saber e das oportunidades educacionais oferecidas à totalidade dos alunos com vistas a atingir as finalidades da educação, a despeito da diversidade na população escolar” (Brasil, 1999).

E essa perspectiva de educação para todos tornou-se um grande desafio para as instituições de ensino, pois “a realidade aponta para uma numerosa parcela de excluídos do sistema educacional sem possibilidade de acesso à escolarização, apesar dos esforços empreendidos para a universalização do ensino” (Brasil, 1999).

Considerar a diversidade que se verifica entre os estudantes nas instituições de educação superior requer um olhar diferenciado para atender, efetivamente, às necessidades educacionais dos estudantes com deficiência (física ou intelectual) e

condutas típicas de síndromes ou condições outras que venham a diferenciar a demanda de determinados alunos com relação aos demais.

Este atendimento requer pessoas capacitadas, com experiência diversificada na área de educação especial e principalmente, pessoas que gostem do trabalho clientela, considerando a importância da afetividade no processo de ensino-aprendizagem. Não basta pensar em ações sem compreender as necessidades dos alunos com deficiência. Nesse sentido, faz-se necessário que os envolvidos avaliem o cotidiano escolar, e percebam a importância da afetividade quando esta interage de forma positiva ou negativa no processo de aprendizagem. O estímulo ao desenvolvimento depende da atitude assumida para com o estudante, pois, além da função de transmissão, informação e conhecimento, a escola é também a grande educadora.

Diante desse contexto educacional, os profissionais devem entender que seu papel ultrapassa a simples transmissão de conhecimento e suporte acadêmico. Por isso, é fundamental reconhecer que a aprendizagem somente se desenvolverá significativamente no momento em que se construa um ambiente de confiança e de aprendizagem favorável ao rendimento do ensino (Chalita, 2001).

Essas condições exigem a atenção de todos os setores da instituição, visto que nesse segmento da educação, o aluno tem autonomia sobre sua conduta e soluções de suas necessidades no ambiente acadêmico. Por essa razão, é necessário viabilizar a todos os alunos, indiscriminadamente, o acesso à aprendizagem, ao conhecimento e, conseqüentemente a oportunidades no mercado de trabalho.

Enfrentar esse desafio é condição essencial para atender à expectativa de democratização da educação em nosso país e às aspirações de quantos almejam o seu desenvolvimento e progresso. Cada instituição, seja ela pública ou privada, deve prever em seu Plano Político Pedagógico, ações que promovam a acessibilidade adequada ao seu segmento.

O Projeto apresentado nessa Monografia exemplifica a possibilidade de tornar o serviço prestado pela instituição mais acessível aos alunos com deficiência. As ações subsidiaram a prática docente e demais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes, propondo alterações a serem desencadeadas na definição dos objetivos, no tratamento e desenvolvimento dos conteúdos, no intuito de favorecer a aprendizagem do aluno.

Nesse sentido, o trabalho realizado com projetos de acessibilidade inclusiva em instituições de educação superior pode contribuir significativamente para a modificação de atitudes e comportamentos individuais e grupais. A subjetividade e o cotidiano, a realidade e os contextos são pontos de partida na ação de educadores e psicólogos em suas relações de práticas institucionais, como sujeitos que ensinam e aprendem.

Esse trabalho exemplificou a relação entre a afetividade e a prática escolar na promoção da acessibilidade nas Instituições de Educação Superior, através de um Projeto elaborado e executado pelo Núcleo de Apoio Psicopedagógico – NAPES, da Faculdade Projeção, unidade de Taguatinga. O Projeto Acessibilidade Inclusiva apresentou alternativas de apoio ao acesso, permanência e conclusão acadêmica do estudante com deficiência em uma instituição de Educação Superior.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. R. S. **A emoção na sala de aula**. São Paulo: Papyrus, 2001.

ARANTES, V.A. **Afetividade na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Atlas, 2003.

CHALITA, G. **Educação: a solução está no afeto**. 8 ed. São Paulo: Gente, 2001.

_____. **Pedagogia do Amor: a contribuição de histórias universais para a formação de valores das novas gerações**. São Paulo: Editora Gente, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 10 jul. 2015.

BRASIL. **Adaptações Curriculares**. Brasília: MEC / SEF / SEESP, (1999). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/serie4.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. MEC; SEESP, (2001). **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica / Secretaria de Educação Especial**. Disponível em: Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp> Acesso em: 20 jul. 2015.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, promulga a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência - ONU. Diário Oficial da União, Brasília, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 20 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**, MEC/2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp> Acesso em: 20 jul. 2015.

BRASIL. **Ministério da Educação. Inclusão** – Revista da Educação Especial. Vol. 4, nº. 1. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp> Acesso em: 20 jul. 2015.

BRASIL. Lei n. 9394, **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Editora do Brasil. Acesso em: <http://www2.camara.leg.br>. Acesso em: 20 jul. 2015.

DALLARI, Dalmo A. **Direitos Humanos e Cidadania**, 1998.

LEI Nº 10.172, DE 9 DE JANEIRO DE 2001. Acesso em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em 20 jul. 2015.

LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Acesso em 20 jul. 2015.

LEPSCH, MARCELA PRATA. **A importância da afetividade na relação ensino-aprendizagem, publicado no Periódico Científico Projeção e Docência**, v.6, n.1, 2015.

LIMA, Francisco José de. Ética e Inclusão: o estatus da diferença. In: MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. et.al. [orgs.]. **Inclusão: Compartilhamento Saberes**. Petrópolis: ed. Vozes, 2006.

MARINHO-ARAUJO, Claisy Maria; ALMEIDA, Sandra Francesca Conte de; **PSICOLOGIA ESCOLAR: construção e consolidação da identidade profissional**; Campinas; Alínea; 2005.

PORTARIA Nº 3.284, de 7 de novembro de 2003. **Requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>. Acesso em 02 Ago. 2015.

PLANEJAMENTO NAPES – Faculdade Projeção – unidade de Taguatinga – elaborado por Marcela Prata Lepsch, 2015. Disponível em: <http://www.faculdadeprojecao.edu.br>. Acesso em: 02 Ago. 2015.